



Estatutos da língua portuguesa em Angola: pressupostos e proposta de didactização

Statutes of the Portuguese language in Angola: assumptions and proposals for didacticisation

Estatutos de la lengua portuguesa en Angola: hipótesis y propuestas de didactización

Dorivaldo Alfredo Zua¹

Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla, Angola
dorivaldo.zua@isced-huila.ed.ao

Resumo

O presente artigo pretende discutir sobre os vários estatutos da língua portuguesa em Angola e apresentar uma proposta de didactização da temática para a formação inicial de professores de Português nas instituições de formação de professores em Angola, com vista a reflectir sobre a metodologia de ensino (língua materna/língua segunda) a usar tendo em conta os vários contextos angolanos. Para este estudo, foi utilizada uma metodologia assente na revisão bibliográfica e na leitura crítica e reflexiva dos normativos que regem os vários estatutos da língua portuguesa em Angola. Conclui-se que a língua portuguesa, em Angola, pode ser língua materna ou segunda do indivíduo, por isso, a escolha da metodologia para o seu ensino deve ter em conta este facto e o contexto de ensino.

Palavras-chave: Estatuto, metodologia, didactização.

Abstract

This article aims to discuss the various statutes of the Portuguese language in Angola and to present a proposal for teaching the subject in the initial training of Portuguese teachers at teacher training institutions in Angola, with a view to reflecting on the teaching methodology (mother tongue/second language) to be used in the various Angolan contexts. This study used a methodology based on a bibliographical review and a critical and reflective reading of the regulations governing the various statutes of the Portuguese language in Angola. The conclusion

¹ Doutorando em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Ensino do Português pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho; Professor do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla, Departamento de Línguas e Ciências Humanas.



is that the Portuguese language in Angola can be an individual's mother tongue or second language, so the choice of methodology for teaching it must take this fact and the teaching context into account.

Keywords: Status, methodology, didacticisation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir los diversos estatutos de la lengua portuguesa en Angola y presentar una propuesta de enseñanza de la asignatura en la formación inicial de profesores de portugués en las instituciones de formación de profesores en Angola, con vistas a reflexionar sobre la metodología de enseñanza (lengua materna/segunda lengua) a utilizar en los diversos contextos angoleños. Este estudio utilizó una metodología basada en la revisión bibliográfica y en la lectura crítica y reflexiva de los reglamentos que rigen los diversos estatutos de la lengua portuguesa en Angola. La conclusión es que la lengua portuguesa en Angola puede ser lengua materna o segunda lengua de un individuo, por lo que la elección de la metodología para su enseñanza debe tener en cuenta este hecho y el contexto de enseñanza.

Palabras clave: Estatuto, metodología, didactización.

INTRODUÇÃO

Em Angola, o português é a língua materna ou a segunda língua de um número considerável de cidadãos e, a nível político, é língua oficial (artigo 19.º da Constituição da República de Angola), de discurso pedagógico (artigo 16.º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino) e disciplina escolar (Plano de Estudos do Ministério da Educação).

Neste artigo, far-se-á uma revisão bibliográfica e apresentar-se-á uma proposta de didactização da temática ligada aos vários estatutos que a língua portuguesa, no contexto angolano, pode adquirir, no âmbito da formação inicial de professores de língua portuguesa. A sua escolha justifica-se pelo facto de este ser um tema que contextualiza, por um lado, a língua portuguesa em Angola e, por outro, os seus vários estatutos, visto que Angola é um país plurilingue e a aquisição/aprendizagem da língua portuguesa ocorre nos primeiros anos de vida (língua materna) ou após a aprendizagem de uma língua bantu de Angola (língua segunda). Neste sentido, torna-se



imperativo que o futuro professor de Português conheça os vários estatutos da língua portuguesa no contexto angolano para a adequar à sua metodologia de ensino.

O artigo visa i) apresentar os conceitos de língua materna, segunda e estrangeira; ii) identificar os vários estatutos da língua portuguesa em Angola, de acordo com os contextos de utilização; iii) compreender as implicações desses estatutos na organização do processo de ensino-aprendizagem deste idioma, em Angola; e, por último, iv) apresentar uma proposta de didactização da temática no processo de formação inicial de professores.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a redacção do presente artigo assentou-se na revisão bibliográfica, realizada por meio da procura, leitura crítica e reflexiva da produção científica, e dos normativos que regem os estatutos da língua portuguesa em Angola. A leitura e análise crítica da bibliografia envolveu os conceitos de língua materna e não materna e os estatutos da língua portuguesa em Angola, com a finalidade de reunir informações que permitissem uma melhor compreensão da problemática. A revisão bibliográfica contribuiu também para a selecção dos normativos que regem o estatuto da língua portuguesa em Angola e para fazer o enquadramento e justificação da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Conceitos de língua materna e de língua não materna: língua materna, segunda língua e língua estrangeira

Em Angola, um número considerável de pessoas fala o português, que é a língua oficial, do discurso pedagógico, disciplina escolar e língua veicular. A par do português, outras línguas bantu são também faladas, mas é o português que apresenta maior difusão, principalmente nas zonas urbanas, onde, para a maioria dos cidadãos angolanos (Cf. Dados do Censo Populacional, 2014), é língua materna ou segunda.

Em contextos plurilingues, como o angolano, o conhecimento do conceito de língua materna, segunda língua e língua estrangeira é determinante para a vida profissional do



professor de Língua Portuguesa, pois ajuda a definir a metodologia a utilizar para o seu ensino (metodologia de ensino do português língua materna ou segunda).

Língua materna, adiante LM ou L1, é considerada, na maior parte dos casos, como sendo aquela adquirida, não necessariamente aprendida, num contexto familiar (Tabilo, 2011). É “a língua em que, aproximadamente até aos cinco anos de idade, a criança estabelece a sua primeira gramática, que depois vai reestruturando e desenvolvendo em direcção à gramática dos adultos da comunidade em que está inserida” (Leiria, 2005, p. 10), permitindo-lhe relacionar-se linguisticamente com os restantes membros da sua comunidade.

A aquisição da LM é uma componente da formação do conhecimento de mundo do indivíduo, porquanto junto com a competência linguística, adquirem-se também os valores pessoais e sociais (Spinassé, 2006). Assim, a LM determina, em geral, a origem do indivíduo e é usada, na maioria das vezes, no quotidiano.

A LM é a língua adquirida em primeiro lugar, e em casa, por influência dos pais (não sendo necessariamente a língua da mãe) e é, também, frequentemente, a língua da comunidade onde o indivíduo que a adquire está inserido. No entanto, outros aspectos linguísticos e não-linguísticos estão associados à definição, tais como: “a língua dos pais pode não ser a língua da comunidade e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1.” (Spinassé, 2006, p. 5).

Caso prático:

Uma criança que nasce no município da Matala, província da Huíla, filha de pais que têm o *nhaneka* como língua materna e falam com frequência em casa, mas na creche, com a educadora e com os colegas, fala português, claramente terá o *nhaneka* e o português como línguas maternas.

De acordo com Ramon (2021), a identificação da língua materna está geralmente associada aos seguintes critérios: i. afectivo (língua falada pelos progenitores); ii. geográfico (língua falada no país onde o indivíduo nasce); iii. autodesignação (língua relativamente à qual aquele que fala se sente parte da comunidade que a fala); iv. primazia (primeira língua adquirida e falada); v. proficiência (em geral, língua que é melhor dominada); vi. associação (língua que identifica a origem étnica de quem a fala).



Já para Spinassé (2006) a identificação da LM só é possível se forem combinados aspectos como,

a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida em primeiro lugar, a língua com a qual se estabelece uma relação afectiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor *status* para o indivíduo, a que ele melhor domina e a língua com a qual ele se sente mais à vontade (Spinassé, 2006, p. 5).

Em Angola, a identificação da LM pode representar problemas, pois é um contexto multilingue e multicultural onde os indivíduos podem adquirir duas LM ao mesmo tempo ou de forma seguida, tal como acontece no caso prático apresentado anterior.

A língua segunda (doravante L2) é aquela que é aprendida logo a seguir à aquisição da LM e usada dentro das fronteiras territoriais em que ela tem um estatuto reconhecido. Em geral, é a língua usada pelos sistemas administrativo, judicial e educativo do território. Em Angola, por exemplo, o português é a língua segunda de alguns indivíduos.

Caso prático:

Um indivíduo que vive no município de Balombo, província de Benguela, não frequentou a escola até aos sete anos e, portanto, só fala a língua da sua comunidade (*umbundu*); muda-se para a capital da província (Benguela) para frequentar a escola e, com isso, tem que aprender a língua portuguesa para melhor se comunicar com os professores, os colegas, os vizinhos e os amigos. Para esse indivíduo, o português é língua segunda.

Para a definição da L2, dois critérios são importantes: i. cronológico (língua adicional, aprendida em fase posterior à aquisição da LM); ii. institucional (língua oficial no território) (Ramon, 2021).

Língua estrangeira (LE) é a língua diferente daquela que é falada pelos membros de uma comunidade linguística (Musnaji, s/a). Por extensão, num país geralmente plurilingue, como é o caso de Angola, esta expressão engloba toda a língua que não pertence ao património cultural do Estado-nação, independentemente do facto de a mesma ser ou não praticada pelos cidadãos deste Estado. Portanto, é a língua aprendida e usada em territórios onde não goza de nenhum estatuto sociopolítico.

Caso prático:

Um indivíduo angolano tem o *kimbundu* como língua materna e o português como língua segunda, mas vê-se na necessidade de aprender o francês (porque é uma disciplina escolar, porque quer ler textos literários ou científicos nessa língua ou porque pretende ir à França a passeio). Para esse indivíduo, o francês é língua estrangeira.

Assim, o processo do ensino da língua portuguesa, no contexto angolano, não pode ser encarado da mesma forma em todo o território, pois os contextos e os alunos que a aprendem ditarão a metodologia a ser usada pelo professor – metodologia de ensino do português língua materna ou segunda língua².

Nota: Apesar dos conceitos apresentados, a diferenciação, na prática, não é absoluta, portanto, cada caso poderá ser analisado como um caso, principalmente em contextos plurilingues.

2. Os vários estatutos da língua portuguesa em Angola

O português foi a língua oficial da Angola colonizada e é a língua oficial da Angola independente (Mingas, 1998) que, com o tempo, se tornou uma língua importante. Actualmente, para além do estatuto de língua oficial (Art. 19.º da Constituição da República de Angola), é a língua de discurso pedagógico (Art. 16.º da Lei n.º 32/20 – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino); é a língua do ensino (Planos de Estudo dos Subsistemas de Ensino sob Tutela do Ministério da Educação) e é língua veicular.

A par do português, outras línguas bantu são faladas em Angola (*umbundu, kimbundu, nhaneka...*), o que torna o país plurilingue, mas é o português que goza, tal como vimos

² A este propósito, sugere-se as seguintes leituras: Spinassé, K. (2006). *Os Conceitos de Língua Materna, Língua Segunda e Língua Estrangeira e os Falantes de Línguas Alóctones Minoritárias no Sul do Brasil*. Revista Contingentia, 1. pp. 4-7. <https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/3837/2144> ; Tabilo, L. (2011). *O Ensino do Português como Língua Estrangeira por Professores não Nativos*. Dissertação de Mestrando. pp. 11-13. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7160/1/O%20ENSINO%20DO%20PORTUGU%C3%8AS%20COMO%20L%C3%8DNGUA%20ESTRANGEIRA%20POR%20PROFESSORES%20N%C3%83O%20NATIVOS%20-%20L%C3%ADa%20Tabilo.pdf>

acima, de estatuto privilegiado, por ser a língua oficial, sendo, por isso, a língua hegemónica no território angolano (Zua, 2021).

Individualmente, o português, em Angola, goza do estatuto de LM e L2 do mesmo modo que o *kikongo*, o *kimbundu* ou o *umbundu* e, cada vez mais, vai-se tornando a língua materna de um número considerável de indivíduos.

Tendencialmente, nas zonas urbanas, o português é a LM da maior parte dos indivíduos, principalmente dos jovens, e nas zonas rurais, com a implementação das escolas, é a L2 de um número considerável de cidadãos e vai, cada vez mais, sendo também a LM³.

Nota: As situações anteriormente expostas muito podem contribuir para a definição da metodologia a usar no processo de ensino da língua portuguesa em Angola. Portanto, o português, tendo em conta o contexto, poderá ser ensinado como LM ou como L2.

3. Proposta de didactização dos vários “Estatutos da língua portuguesa no contexto angolano”

Conteúdos: Conceitos de língua materna e não materna: língua materna, segunda língua e língua estrangeira; estatutos do português em Angola.

Resultados de aprendizagem: i. conhecer os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira; ii. identificar os contextos de utilização da língua portuguesa em Angola; iii. conhecer os estatutos da língua portuguesa em Angola, de acordo com os contextos de utilização; iv. compreender as implicações dos vários estatutos da língua portuguesa para a organização dos processos de ensino-aprendizagem deste idioma, em Angola.

³ A este propósito, sugere-se as seguintes leituras: Calossa, B. V. (2021). Português Língua Materna e não Materna em Angola: Implicações Didácticas e Políticas. Em Timbane, A. A., Sassuco, D. P. & Undolo, M. (Org.). *O Português de/em Angola: Peculiaridades Linguísticas e a Diversidade no Ensino* (pp. 144-159). São Paulo, Brasil: Opção Editora; Mingas, A. A. (1988). *Português em Angola – Reflexões*. Macau: VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa; Zua, D. A. (2021). *A Influência da Guerra Civil Angolana na Hegemonia do Português no Século XXI*. Em Timbane, A. A., Sassuco, D. P. & Undolo, M. (Org.). *O Português de/em Angola: Peculiaridades Linguísticas e a Diversidade no Ensino* (pp. 161-173). São Paulo: Opção Editora.

ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS DURANTE AS AULAS

Antes da aula: Leitura do artigo “As metodologias em língua materna, segunda e estrangeira”, de Nagalasso M. Musanji (s/d); [AS METODOLOGIAS EM LÍNGUA MATERNA, SEGUNDA E ESTRANGEIRA.pdf \(dropbox.com\)](#)



QR Code de acesso ao artigo

Durante a aula:

1. Como se definem os conceitos de língua materna, língua segunda e língua estrangeira?
 - 1.1. Discuta com o colega do lado, o artigo e, de forma oral, apresentem à turma os três conceitos em causa.
2. Elabore a sua autobiografia linguística seguindo o modelo apresentado pelo professor⁴.

Quadro n.º 1 – Autobiografia linguística⁵

Línguas ⁶	Estatuto			Competências			
	L1	L2	L3...	Escrever	Falar	Ouvir	Ler
Português	X			X	X	X	X
Kimbundu		X			X		
Umbundu		X			X		
Espanhol			X		X	X	X

⁴ O estudante preencherá o espaço das línguas que fala; nos espaços “estatuto” e “competências”, preencherá usando um X nos quadros adequados à sua realidade linguística.

⁵ Quadro elaborado de acordo com o modelo proposto por Ramon, M. (2021), em aula de Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa II, Universidade do Minho.

⁶ No quadro apresentado como exemplo, o indivíduo (cidadão angolano) tem o português como LM (escreve, fala, ouve e lê), o kimbundu e o umbundu como L2 (fala apenas) e o espanhol como LE (fala, ouve e lê).



- De forma oral, apresente a sua autobiografia linguística e troque impressões com os colegas e com o professor sobre a(s) língua(s) que fala e sobre a ordem de aquisição/aprendizagem da(s) mesma(s);
- Em grupo, analise os casos práticos sobre língua materna, língua segunda e língua estrangeira apresentados infra.

Caso 1.

Elenna tem 20 anos de idade e vive em Portugal desde os 14 anos. Veio da Moldávia com os pais e ingressou na escola portuguesa sem saber uma palavra de português. Agora domina a língua portuguesa na perfeição e deixa muita gente surpreendida quando revela que é moldava e que só aprendeu português aos 14 anos de idade. Agora está no ensino superior português e afirma gostar muito mais de falar o português do que a língua moldava, idioma que fala em casa com os pais.

Neste caso, o português é língua _____

Caso 2.

Bárbara é alemã, tem 40 anos e vive há 15 anos em Portugal. Começou a aprender o português no ensino superior na Alemanha, já na fase adulta. Domina muito bem o português, no entanto, o seu sotaque denuncia a sua origem alemã. Mesmo depois de viver em Portugal há mais de uma década, afirma ter dificuldades em algumas áreas morfosintáticas, como por exemplo, o uso dos tempos verbais portugueses ou a ordem das palavras na frase.

Neste caso, o português é língua _____

Caso 3.

Johann, de 22 anos, é austríaco, vive e estuda em Viena. Por ter interesse em ir trabalhar no Brasil, decidiu estudar português na universidade. Está no terceiro semestre do seu curso, frequentando o curso de Língua Portuguesa. Ainda não teve a oportunidade de viajar para um país de LP. Porqu岸to, o único contacto que tem com esta língua limita-se ao contexto de sala de aula.

Neste caso, o português é língua _____



Caso 4.

Nassova Mbamba tem 10 anos, é angolana e vive em Cuilo Camboso, município de Buengas, província do Uíge, uma das 18 províncias de Angola. A sua língua materna é o *kikongo*. Entrou na escola este ano, onde começou a aprender português. Antes de entrar na escola nunca tinha entrado em contacto com a LP. Já sabe o abecedário português, algumas palavras e uma canção que a professora lhe ensinou.

Neste caso, o português é língua _____

Caso 5.

Áureo e Arsénio têm 6 anos, são angolanos e vivem no município do Lubango, bairro do Nambambe, província da Huíla. Estudam na 1ª classe no colégio “O Sol” e têm aperfeiçoado o domínio da L.P com a disciplina de L.P e outras ministradas nesta língua.

Para além do português, não dominam nenhuma outra língua.

Neste caso, o português é língua _____

4.1. Em grupo, identifique, nos casos apresentados, o estatuto que a língua portuguesa tem para cada um dos indivíduos referidos nos casos. Registe as respostas⁷.

5. Conseguem identificar um caso parecido com o de algum colega ou de alguém que conheçam?

5.1. Se sim, qual/quais?

6. Que estatutos tem o português em Angola? Em um parágrafo, justifique a sua resposta, fundamentando-a com exemplos práticos.

7. Que importância têm os conceitos de língua materna, língua segunda e língua estrangeira na vida profissional do professor de língua portuguesa em Angola? Discuta com o colega do lado e apresentem, de forma oral, a vossa posição à turma.

⁷ Os casos serão copiados e distribuídos aos grupos.

Flores, C. M. M. (2013). *Português Língua não Materna: Discutindo Conceitos de uma Perspectiva Linguística*. Em Bizarro, R., Moreira, M. A. & Flores, C. (Coord.) (2013). *Português Língua não Materna: Investigação e Ensino*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda. (Casos 1, 2 e 3)



No fim da aula

8. Considera adequada a maneira como a língua portuguesa é ensinada no contexto angolano? Porquê?

8.1. Discuta as questões com o seu grupo e apresentem os vossos argumentos à turma.

8.2. Leia os capítulos 7 e 8 do *ebook* “O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino”, de Timbane, Sassuco & Undolo e responda às seguintes questões: Capítulo 7: i. em Angola, o português é língua materna, segunda ou estrangeira? Justifique a sua resposta com base na leitura feita; ii. o que sugere o autor para o ensino do português em Angola? Capítulo 8: i. que razões têm levado o português a tornar-se língua hegemónica em Angola? ii. que sugestões apresenta o autor para o seu ensino?

CONCLUSÃO

Angola é um país plurilingue, mas com uma política linguística que coloca o português numa posição de prestígio, porquanto é a língua oficial e de discurso pedagógico.

Apesar de o português ser a língua hegemónica em Angola, o seu ensino deve levar em conta a existência de outras línguas que com ele coabitam e os indivíduos que o aprendem. Não se deve ensinar o português da mesma maneira em todos os contextos e deve-se, igualmente, ter em conta a ordem de aquisição/aprendizagem do português pelo indivíduo para, a partir desse conhecimento, ser definida a metodologia a usar no seu processo de ensino.

A proposta apresentada não é uma prescrição para o trabalho com a temática em causa. No decorrer da planificação da temática ou durante as aulas, poderão surgir outras possibilidades, dependendo do contexto e do entendimento do professor. A sua escolha deve-se ao facto de, em muitos casos, o professor de Língua Portuguesa em Angola não considerar os vários estatutos que o português pode assumir no âmbito no processo de ensino-aprendizagem da língua, usando-se, a mesma metodologia para o seu ensino a indivíduos que o têm como língua materna ou segunda.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Calossa, B. V. (2021). *Português Língua Materna e não Materna em Angola: Implicações Didáticas e Políticas*. Em Timbane, A. A. Sassuco, D. P. & Undolo, M. (Org.). *O Português de/em Angola: Peculiaridades Linguísticas e a Diversidade no Ensino* (pp. 144-159). São Paulo, Brasil: Opção Editora.

Constituição da República de Angola (2010). Diário da República n.º 23 – I Série. Assembleia Nacional.

Flores, C. M. M. (2013). Português Língua não Materna: Discutindo Conceitos de uma Perspectiva Linguística. Em Bizarro, R., Moreira, M. A. & Flores, C. (Coord.) (2013). *Português Língua não Materna: Investigação e Ensino* (pp. 35-46). Lisboa, Portugal: Lidel – Edições Técnicas, Lda.

INIDE (2019). *Planos de Estudos dos Subsistemas de Ensino Sob Tutela do Ministério da Educação*. Luanda, Angola: Ministério da Educação.

Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto de 2020. Diário da República n.º 123 – I Série. Assembleia Nacional - *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*.

Leiria, I. (2005). *Português Língua não Materna no Currículo Nacional – Perfis Linguísticos - Teste Diagnóstico*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação.

Mingas, A. A. (1988). *Português em Angola – Reflexões*. Macau: VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa.

Musanji, N. M. (s/d). Língua Estrangeira/Língua Segunda. Em Carla, M. F. (2012). *Manual de Apoio à UC Didáctica da Língua Portuguesa*. Lubango, Angola: Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Huíla).

Ramon, M. (2021). Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa II. *UC do Mestrado em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Secundário*. PTT. Braga, Portugal: Universidade do Minho.

Spinassé, K. (2006). Os Conceitos de Língua Materna, Língua Segunda e Língua Estrangeira e os Falantes de Línguas Alóctones Minoritárias no Sul do Brasil. *Revista Contingentia*, vol. 1, 4-7.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/3837/2144>



Tabilo, L. (2011). *O Ensino do Português como Língua Estrangeira por Professores não Nativos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Portugal: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/7160>

Zua, D. A. (2021). A Influência da Guerra Civil Angolana na Hegemonia do Português no Século XXI. Em Timbane, A. A. Sassuco, D. P. & Undolo, M. (Org.). *O Português de/em Angola: Peculiaridades Linguísticas e a Diversidade no Ensino* (pp. 161-173). São Paulo: Opção Editora.

Recebido em 4 de Janeiro de 2024
Aceite em 15 de Outubro de 2024



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica de Estudos Multidisciplinares do Planalto Central.